**A Hora do Dragão: A Ascensão Chinesa e a Relação Sul-Sul na Geração de uma Nova Agenda Global**

*Yasmin Lenz[[1]](#footnote-1)*

*Elisiane Dondé Dal Molin[[2]](#footnote-2)*

**Resumo**

Na primeira década do século XXI a China ressurgiu como ator de peso nas relações internacionais, condizente à uma atuação síncrona com os países do chamado Sul Global. Contudo, a parceria da China com esses países afeta as instituições internacionais, uma vez que a cooperação sino-sul poderia colocar a China como líder de uma nova agenda econômica global? Para responder tal questão, o presente trabalho investigará a relação da China com os países do Sul Global, em uma possível mudança de polo de poder, capaz de afetar as instituições internacionais na concepção de uma nova agenda global. Sua metodologia compõe-se de pesquisa teórica crítico-analítica apoiada em Wallerstein (2004), Nye (2012) e seu “xadrez tridimensional”, na “hegemonia mundial” de Arrighi (2007) e em estudos sobre o tema. As resultantes demonstraram o papel chinês nas instituições internacionais enquanto defensor dos interesses dos países do Sul e as possibilidades de uma nova agenda econômica global.

**Palavras-Chave:** China; Estados Unidos; Relação Sul-Sul; Nova Agenda Global

**Abstract**

In the first decade of the 21st century, China reappeared as a major player in the international relations, according with its synchronous action with Global South countries. But, does China's partnership with these countries affect international institutions, since the Sino-South cooperation could place China as leader of a new global economic agenda? To answer this question, the present study will investigate China's relationship with the countries of the Global South, in a possible change of power pole, that could be affect international institutions in the conception of a new global agenda. Its methodology consists of critical-analytical theoretical research supported by Wallerstein (2004), Nye (2012) and his “three-dimensional chess”, Arrighi's “world hegemony” (2007) and studies about the subject. The results demonstrated the Chinese role in international institutions as a defender of the southern countries interests and the possibilities of a new global economic agenda.

**Keywords:** China; United States; South-South Relation; New Global Agenda.

Artigo recebido em 11/11/2019 e aceito em 28/11/2019.

**INTRODUÇÃO**

O mundo testemunha, desde o alvorecer do século XXI, a ascensão chinesa, nação que ameaça a posição hegemônica ocupada há décadas pelos Estados Unidos. Essa mudançana esfera internacionalfez com que a China, além de se abrir para o mundo, estreitasse laços de cooperação (comércio, infraestrutura, tecnologia, energia, etc.) com o Sul Global. Inicialmente, a cooperação se deu com seus vizinhos asiáticos, se estendendo à África e, pouco tempo depois, aos países da América Latina, com destaque aos sul-americanos.

Um dos símbolos desse estreitamento foi a organização do grupo dos BRICS, bloco econômico-financeiro composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, cuja meta central está na cooperação entre os países formadores, por meio de uma agenda que abarca mais de 30 áreas setoriais: finanças, agricultura, economia e comércio, ciência e tecnologia, saúde, educação, energia, segurança, entre outras (BRASIL, 2019).

Mas isso somente foi possível porque a China, além de se reinventar em uma impressionante recuperação econômica a partir de 1976, começou a preencher lacunas deixadas pela relação Norte-Sul, baseada em intervenções nas políticas internas dos Estados e imposições que ignoravam as necessidades apresentadas pelos países do Sul Global, tendo nos Estados Unidos (EUA) o principal protagonista.

Porém, seria possível afirmar que aparceria da China com estes países do Sul afeta as instituições internacionais, uma vez que eles (considerados em desenvolvimento) podem colocar a China como líder do processo? A resposta deste questionamento materializa-se na pesquisa apresentada, que objetiva investigar a relação da China com os países do Sul Global, em uma possível mudança de polo de poder, e se este laço afeta as instituições internacionais na concepção de uma nova agenda global.

No atendimento ao desígnio proposto, a metodologia delineada ao estudo compõe-se em uma pesquisa teórica, de perspectiva crítico-analítica, apoiada inicialmente na visão de Wallerstein (2004) e no “xadrez tridimensional” do autor Joseph Nye (2012), cujo “tabuleiro” divide-se em três: “poder militar” (primeiro e mais alto), com traços unipolares; tabuleiro multipolar (mediano), onde estão os principais jogadores; e o terceiro (e último), de caráter transnacional, composto por agentes não estatais (NYE, 2012). Em continuidade, reporta-se à “hegemonia mundial” de Giovani Arrighi (2007), ao demonstrar a capacidade do Estado de exercer liderança sobre governos de nações soberanas, de forma que o desejo do Estado hegemônico se torne interesse geral do sistema; além de estudos dedicados à compreensão da política externa chinesa na economia global, atuação dos BRICS e na relação Sul-Sul.

 Para dinamizar a abordagem do tema, o trabalho foi divido em três seções de discussão. A primeira seção dedica-se a problematizar a ascensão chinesa e a queda de poder hegemônico dos EUA. Na sequência, examina-se a relação entre a China e o Sul Global, como indício do deslocamento do polo de poder estipulado na antiga intersecção Norte-Sul e, finalmente, verifica-se a parceria sino-sul e sua intervenção nas instituições internacionais, passíveis da geração de uma nova agenda na economia global.

**1. CONTRASTES ENTRE O DECLÍNIO DOS ESTADOS UNIDOS E A ASCENSÃO CHINESA A PARTIR DOS ANOS 2000**

 A China encontra-se em rápida ascensão desde o início do século XXI, sendo um dos Estados mais influentes no sistema internacional. Há quem diga que a ascensão chinesa à hegemonia mundial foi influenciada por fatores estratégicos dentro da ordem global, como a queda da hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA).

Em um primeiro ponto de análise, se demarcam acontecimentos cruciais ao enfraquecimento dos Estados Unidos: a Crise Financeira de 2008 e os Atentados de 11 de setembro de 2001. Contudo, o declínio estadunidense começou ainda na década de 1970, em uma soma de fatores econômicos, políticos e militares (WALLERSTEIN, 2004). A ascensão dos Estados Unidos como potência após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Wallerstein (2004), criou as condições de sua própria queda: a Guerra do Vietnã (1955-1975), as Revoluções de 1968 (deflagrada pelo descontentamento dos que ficaram a parte da nova ordem mundial regida pelos EUA), a queda do Muro de Berlim (1989) e os ataques de 11 de setembro. Para autor, tais acontecimentos culminaram nos EUA de hoje “[...] uma superpotência solitária a qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosa à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar” (WALLERSTEIN, 2004, p. 25).

Quanto ao conceito de hegemonia, de acordo com Arrighi (2007), a partir da definição Gramsci, entende-se hegemonia como o poder adicional acumulado em um grupo dominante devido à sua capacidade de liderar a sociedade em direção aos seus interesses, também percebida pelos grupos subordinados como parte dos seus próprios interesses. Assim, se os grupos subordinados confiam em seus governantes, o sistema de dominação não recorrerá à força - "inflação do poder”.

Portanto, uma crise hegemônica designa a situação na qual o Estado hegemônico carece de meios ou vontade de continuar liderando o sistema de Estados rumo à expansão de seu poder e do poder coletivo do grupo dominante do sistema. As crises não resultam no fim da hegemonia, mas sinalizam problemas que, se não resolvidos em longo prazo, marcam o fim hegemônico - "crises terminais"(ARRIGHI, 2007).

As correntes que apontam os atentados como variável enfraquecedora do poder estadunidense se alicerçam no argumento de que duas das principais instituições do governo dos EUA sofreram ofensivas através da colisão de aviões com os prédios, demonstrando a fragilidade de segurança em seu próprio território.

Arrighi (2007) cita uma previsão feita por Mearsheimer (2001) pouco antes dos atentados de 11 de setembro ocorrerem. Ele afirmou que a China ainda estava longe de possuir poder econômico suficiente para ambicionar uma hegemonia global, mas os EUA não deveriam medir esforços para conter a ascensão chinesa.

Mearsheimer (2001) estava certo: os atentados ocorreram e a grande potência mundial teve suas fraquezas expostas ao mundo. Enquanto isso, a China crescia além do Leste Asiático. Ainda em 2000, o Estado chinês estreitou relações com a África e, pouco depois, com a América Latina, por meio do comércio, de investimentos e do auxílio ao desenvolvimento das regiões.

Cada vez mais, os líderes africanos olhavam para o leste em busca de alianças comerciais, humanitárias e políticas, abalando os laços históricos do continente com a Europa e os Estados Unidos. Enquanto Bush fez apenas uma visita fugaz à reunião da APEC em 2004 no Chile, Hu Jintao passou duas semanas visitando Argentina, Brasil, Chile e Cuba, anunciou mais de US$ 30 bilhões em novos investimentos e assinou acordos de longo prazo que garantirão suprimentos de matérias-primas vitais à China (ARRIGHI, 2007, p. 207).

Tais constatações reforçam a ideia de uma China como potência emergente, possibilitando um alcance a liderança da economia política mundial nos anos seguintes, fato que começou a se confirmar anos depois, quando o mundo testemunhou os efeitos da crise de 2008 em contraste com um crescimento um pouco mais moderado porém da economia chinesa, enquanto os EUA se estagnavam e passaram a procurar soluções emergenciais para a reversão do quadro negativo.

Carriço (2013) sinaliza a existência de correntes teóricas na política chinesa, as quais julgam a crise de 2008 como fator de enfraquecimento da economia e da influência política dos EUA. Estas teorias sinalizam a crise financeira, os fracassos intervencionistas da política externa estadunidense, as guerras do Iraque e Afeganistão e seus impactos negativos, em concordância com os argumentos de Wallerstein (2004), como agravantes do declínio do poder estadunidense, enquanto a China encontrava posição favorável para consolidar seu crescimento perante a economia mundial (CARRIÇO, 2013). Desta forma, caracterizando o declínio dos EUA como a “difusão de poder no sistema internacional”, a queda de um império hegemônico possibilita maior margem de atuação à “grande potência emergente” (*xinxing daguo*) - a China.

O enfraquecimento dos EUA frente ao crescimento das economias emergentes, nas palavras de Wallerstein (2004), foi uma ocasião exímia para Pequim ocupar lugar de destaque na economia mundial, mantendo a progressão durante a crise (2008-2009). Uma pesquisa realizada no ano de 2009 pelo Instituto Pew, sobre a transição hegemônica dos EUA para a China, apontou: “[...] grande parte da população de 13 entre 25 países achava que a China iria substituir os Estados Unidos como a superpotência líder do mundo” (NYE, 2012, p 12).

Nye (2012) traz o conceito de um “xadrez tridimensional” no intuito de exemplificar as relações de poder no século XXI, tendo China e Estados Unidos como peças centrais do jogo. O “xadrez tridimensional”, como o nome sugere, é dividido em três tabuleiros: o primeiro, mais alto, é constituído pelo “poder militar”, quase como uma potência unipolar, no qual “[...] os Estados Unidos tem a possibilidade de permanecer supremos por algum tempo”; o segundo é o tabuleiro do meio, de caráter multipolar “[...] há mais de uma década, com os Estados Unidos, a Europa, o Japão e a China como os principais jogadores” (à época, em 2012) (NYE, 2012, p.16); o terceiro é de caráter transnacional, em específico agentes não estatais, como agências financeiras, empresas e o *cyber* espaço. Os tabuleiros um e dois servem de ferramenta teórica no auxílio à análise de como será a transição de poder entre as superpotências, China e Estados Unidos.

A crise financeira de 2008 enquadra-se no tabuleiro do meio, em um ambiente multipolar, com grandes potências econômicas ascendentes, incluindo a China e os EUA, no qual a crise financeira caracterizou-se como uma jogada que enfraqueceu potências (Japão e EUA) e, consequentemente, abriu espaço à expansão do poder chinês, Estado que continuava a crescer. No tabuleiro mais alto, constituído por “poder militar” se encaixam os atentados no 11 de setembro, como segundo fator que esmaeceu os EUA e fortaleceu a influência da China na política internacional.

No cenário das Relações Internacionais, os atentados de 11 de setembro de 2001 e a declaração à Guerra ao Terror romperam uma ordem de poder global, na qual as instituições símbolo do Império econômico criado pelos EUA e de sua supremacia sofrem um atentado (BARBOSA, 2002).

Wallerstein (2004) destaca os atentados de 11 de setembro como “uma tomada de consciência forçada”, em meio ao longo período de “declínio da hegemonia norte americana”. Consoante a este autor, o 11 de setembro trouxe à tona cinco realidades sobre a política de governança dos EUA, “[...] os limites de seu poder militar; a profundidade do sentimento antiamericano no mundo; a ressaca dos excessos econômicos da década de 1990; as pressões contraditórias do nacionalismo norte-americano; e a fragilidade da nossa tradição de liberdades civis” (WALLERSTEIN, 2004, p. 10).

O teórico alerta sobre a insatisfação para com a ordem internacional liderada pelos EUA. Sobre a questão militar, temática do tabuleiro primário, Wallerstein (2004) expõe as fraquezas das políticas de militarização do Estado. O consenso até então da comunidade internacional, reafirmado por Nye (2012), era dos EUA no papel de potência militar mais forte do mundo, porém, mesmo ocupando este *status,* ela sofreu com ataques aéreos dentro de seu território, causando a morte de milhões de cidadãos estadunidenses. Uma potência hegemônica padecer com tamanha adversidade revela o declínio do poder iniciado pela estagnação econômica de 1970 (WALLERSTEIN, 2004).

Enquanto a superpotência militar sofria um atentado dentro de seu território, a China crescia. No ano de 2000, foi implementado na China o programa *Going Global,* voltadoao estabelecimento de uma política de internacionalização das empresas nacionais mais fortes da indústria chinesa. Os setores selecionados para integrar o programa foram: infraestrutura, energia, construção, setor financeiro e indústria militar, de suma importância ao desenvolvimento de um Estado forte na política internacional (BARBIERI JUNIOR, 2015).

Posterior à implementação do *Going Global,* a diplomacia chinesa se aproximou da Rússia. Inúmeras visitas presidenciais acarretaram na assinatura do “Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação” (2001), que resultou, quatro anos mais tarde, na “Declaração Conjunta entre a República Popular da China e a Federação Russa sobre a Ordem Internacional no Século XXI”, ação sino-russa com a pretensão de ditar os rumos de uma ordem mundial pautada pela criação de um mundo desenvolvimentista e harmonioso (República Popular da China, 2005). Detecta-se a aqui uma mudança no polo de poder global a partir da atuação sino-russa como liderança do continente asiático, com proporções para tornar os dois Estados jogadores do tabuleiro primário do xadrez de Nye (2012) junto aos EUA.

No tabuleiro, pode-se observar as peças do jogo internacional em movimento na reconfiguração do sistema internacional: os EUA, exercendo seu poder hegemônico pela supremacia militar (MEARSHEIMER, 2001), sofrem um atentado que demonstra uma ruptura na segurança do território nacional estadunidense, ferindo sua integridade material, física e moral como potência hegemônica. Por consequência, a fragilidade da hegemonia causou uma fissura no sistema internacional (ARON, 1974, p.310 *apud* MARTINS, 2017).

A análise de Aron sobre potências hegemônicas na questão militar do tabuleiro número um, mostra as turbulências no sistema internacional que facilitaram a ascensão chinesa. O tabuleiro do meio é melhor interpretado a partir da perspectiva de Keohane (1984), onde os recursos militares e econômicos, constituintes do poder hegemônico, se interligam à economia política internacional. Neste tabuleiro, a crise de 2008 afetou os EUA, enfraquecendo a hegemonia da economia política estadunidense nas relações internacionais; em contrapartida, as políticas chinesas dos anos 2000 colocaram o Estado chinês no patamar de potência ascendente. Além da implementação do *Going Global* e da aliança sino-russa, em 2001, a China passou a fazer parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), atuando de maneira mais ativa na Organização das Nações Unidas (ONU), e se inserindo na ordem internacional estadunidense (MARTINS, 2017).

É fato que a China passou a figurar entre as instituições ocidentais em 1971, quando se tornou membro permanente no Conselho de Segurança da ONU em detrimento da posição de Taiwan[[3]](#footnote-3). Todavia, dentro do xadrez tridimensional de Nye (2012), nos anos 2000, aconteceram “jogadas” no sistema internacional, conduzidas por EUA e China, que interligam o declínio estadunidense e a ascensão da China ao posto de potência mundial.

Ao que tange as estratégias chinesas para ascender internacionalmente, o conceito de “ascensão pacífica” passou a integrar a política externa da China em 2003. Posterior à adesão chinesa à OMC, ele traz o comprometimento da China com a evolução pacífica, “baseada no diálogo e na negociação”, pregando o respeito e os ganhos mútuos como expressões do processo de expansão no cenário internacional (VALENTE; ALBUQUERQUE, 2015). Ainda nos anos 2000, ao menos na Ásia, a China começava a ocupar uma posição central. Reagindo às políticas estadunidenses pós-2001, de “[...] agir unilateralmente e pelo emprego da força militar [...], a Ásia passou a valorizar agenda de segurança própria, com ênfase em acordos intra-regionais” (PINTO, 2005, p.13). Em agosto de 2003, a China passou a integrar a agenda de segurança da Ásia pela assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação.

Tal integração regional iniciada no continente asiático é fruto de um sentimento de desconfiança para com o mundo Ocidental que, por muitos anos, colonizou países da Ásia (incluindo a China) no “período de humilhações” (ZHANG, 1998)[[4]](#footnote-4). Portanto, países orientais, principalmente, China e Rússia, enxergaram na cooperação sino-russa uma oportunidade para minimizar os efeitos das intervenções do mundo ocidental no oriente.

O conceito de “ascensão pacífica”, idealizado por Tsinghua Yan Xuetong, auxilia na compreensão da política externa chinesa como ferramenta à ascensão do Estado como potência global (VALENTE; ALBUQUERQUE, 2015). A partir da “ascensão pacífica”, o governo chinês arrimou o compromisso de ser a primeira potência a não utilizar armas nucleares e “[...] nunca praticar o hegemonismo” (CUNHA, 2012, p. 200). Hu Jintao e Wen Jiabao[[5]](#footnote-5) associaram o conceito com a “harmonia e diversidade”, respeito mútuo, “[...] democratização das relações internacionais e o poder brando da China” (CABESTAN, 2010, p. 2).

A referência ao poder brando auxilia na compreensão de como a China pode agir em seu papel como potência, ao contrário dos EUA, que utilizou o “poder duro da coerção e do castigo”, como na declaração da Guerra ao Terror e na invasão do Afeganistão e Iraque. A China emprega o “poder brando da persuasão e da atração”, expresso através da diplomacia, da ajuda econômica e da comunicação. Em 2007, “Hu Jintao declarou a intenção da China de aumentar seu poder brando”, através das Olimpíadas e da fundação de inúmeros Institutos Confúcio, com a intenção de “[...] promover a cultura chinesa em todo o mundo [...] e a diplomacia mais branda para com seus vizinhos do Sudeste da Ásia” (NYE, 2012, p. 14).

A escolha de Hu Jintao em aplicar a política externa de ascensão pacífica e utilizar do poder brando, criou um alicerce para que a China se destacasse como potência ascendente, principalmente nos países do Sul Global. A iniciativa de utilizar esse poder nos países do sudeste asiático, e de criar uma aproximação com a Rússia, marcaram a ascensão chinesa e a probabilidade de alcançar o *status* de superpotência, tal como fez os EUA no mundo unipolar pós-Guerra Fria. A posterior cooperação com países da África e da América Latina, formalizando a cooperação Sul-Sul, resultam da postura chinesa no cenário internacional e da mudança do polo de poder global. Neste ponto tem-se a configuração do “terceiro tabuleiro”, representado pela conexão entre os atores que tecem as relações existentes entre a China e o Sul Global.

**2. RELAÇÕES ENTRE CHINA E O SUL GLOBAL: O POLO DE PODER SE DESLOCA**

Existe uma gravitação constante de países considerados “em desenvolvimento” enquanto manifestação das dinâmicas apresentadas pelo sistema global, sobretudo após a chegada do século XXI e, com ele, da ascensão chinesa.

Alguns dados explicam essa ascensão, fruto de reformas econômicas conduzidas por governantes chineses a partir de 1976, após a morte de Mao Tsé-tung, que tornaram a China como um país de forte influência regional e prospecção econômica global. Entre 2103 e 2017, a economia chinesa cresceu aproximadamente 7%. Isso fez com que o país se tornasse a maior economia do mundo (2016) e o maior exportador e detentor do maior volume de movimentação comercial (2013). No ano de 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) chinês, alcançou a marca de 12,24 trilhões de dólares estadunidenses, menor apenas que PIB dos EUA, de 19,39 trilhões (INDEX MUNDI, 2019).

Para Hung (2018, p. 8):

A ascensão econômica da China, conduzida pelo crescimento orientado pelas exportações e pelos investimentos em ativos fixos, bem como a necessidade crescente de exportação de capital para o mundo, remodelaram o contexto de desenvolvimento e a balança geopolítica na Ásia e no restante do mundo.

Isso ocorreu, segundo Hung (2018), a partir do ano de 2008, quando a bolha de expansão financeira e de consumo estadunidense eclodiu, criando uma oportunidade aos chineses que, de uma economia baseada em exportações, se direcionaram para empréstimos feitos por bancos estatais em ativos fixos, ou seja, bens parte do capital das empresas chinesas, complementados por grandes projetos de infraestrutura (estradas, viadutos, edifícios, etc.).

As mudanças econômicas vieram acompanhadas de alterações na condução da política externa, isso ainda no final do governo maoísta. A entrada da China como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, na década de 1970 (VALENTE; ALBUQUERQUE, 2015) anunciou um histórico de relações comerciais, acordos, termos de cooperação e investimentos que converteram a China em consorte importante para o Sul Global.

Países da África e da América Latina somam números consideráveis de acordos comerciais e de investimentos com a China, tanto que, segundo Hung (2018) alguns deles atribuem aos chineses o patamar de grande salvador do mundo “em desenvolvimento”, por conta da viabilização de recursos financeiros, infraestrutura e tecnologia. O país, aos poucos, se tornou o maior parceiro comercial dos seus vizinhos, no estabelecimento de uma liderança regional que repercute no Sul Global.

A China, ao se tornar parceira comercial e fonte de investimento “alternativo às tradicionais potências ocidentais”, diminuiu a dependência dos países em desenvolvimento com o Ocidente, melhorando sua capacidade de negociar no âmbito bi e multilateral (HUNG, 2018). Nesse ponto, o governo chinês possui uma conduta vista como positiva pelos parceiros: evita confrontos, não interfere nos assuntos internos dos Estados e estipula mecanismos de cooperação que beneficiam todas as parcelas envolvidas.

Hoje, as mudanças das relações econômicas entre Ásia, África e América Latina operam um redesenho econômico, pois conseguiram adquirir densidade material e corpo expansivo, ao ponto de gerar interesses concretos na esfera internacional (FIORI, 2019).

Países asiáticos (incluindo a China), buscam aproximar relações com “países-chave” do “terceiro mundo”, a exemplo da África do Sul (África Austral) e Brasil (Mercosul – Mercado Comum do Sul), construindo uma rota de ligação com o Sul Global. Para Visentini (2011, p. 138, grifos do autor), em médio e longo prazo tais conexões podem ser promissoras e estratégicas na disputa de poder com os países do Norte, pois estes territórios, reconhecidamente em desenvolvimento, possuem “[...] um amplo espaço para o estabelecimento entre este e os mercados emergentes antes referidos, de uma *parceria estratégica* capaz de influenciar o futuro perfil da ordem internacional [...]”.

Ainda conforme Visentini (2011), na análise do cenário internacional pós-Guerra Fria e da projeção chinesa pela atuação inicial no território asiático, os interesses de Pequim voltaram-se à intensificação do comércio com a América Latina (mas sem confrontar domínios estadunidenses) e a aproximação ao continente africano por vias econômicas (mercados e matérias-primas) e diplomáticas. Desde então, foram realizadas reuniões da China com líderes africanos, que culminaram no lançamento, em 2006, de um plano focado na realização de investimentos em infraestrutura e ajuda ao desenvolvimento.

Na década de 1990, mediante a necessidade da China em buscar reservas energéticas (com destaque aos combustíveis) os esforços chineses foram direcionados ao continente africano (e em menor medida à América do Sul). Posteriormente, outros setores receberam maior atenção, como os de minérios, matérias-primas e alimentos, estendendo-se a edificações de prédios públicos, grandes obras de infraestrutura (receptoras de investimentos e geradoras de empregos), a comercialização de manufaturas chinesas e a execução de projetos nas áreas agrícolas, de mineração e petrolífera (VISENTINI, 2011). Estes acordos perduram até os dias atuais, sobretudo após o lançamento, em 2013, da Nova Rota da Seda, empreendimento chinês de grandes proporções que pretende interligar Oriente e Ocidente, suscitando mais uma vez as rotas (comerciais, de informação e comunicação, por mar e por terra) existentes na Idade Antiga Ocidental (PEOPLE’S REPLUBIC OF CHINA, 2015).

Contudo, uma vez que a China respeita a soberania dos países parceiros, o que inclui posições ideológicas, partidárias e o próprio talhe de condução adotado por seus governantes, muitas destas coparticipações (sobremaneira nos Estados administrados por regimes ditatoriais) e a forma como os investimentos chineses são aplicados por alguns governos são questionadas, por aprofundarem ainda mais as desigualdades sociais.

Na perspectiva da América Latina (não muito diferente da africana), Ferchen (2011) afirma que a aproximação da China se deu pela demanda por matérias-primas, minérios, energia, “*commodities* agrícolas”, e pela oferta chinesa de manufaturas com média e alta tecnologia. O autor delimita três pontos principais inerentes a essa relação: (I) laços comerciais e de investimento em franca expansão desde o início do século XXI; (II) ampliação do elo econômico com a China, tornando o país fonte de escoamento das exportações latino-americanas; (III) a demanda chinesa por um conjunto limitado de recursos naturais presentes em países sul-americanos.

A partir destes pontos, identifica-se uma dualidade presente na cooperação sino-latina complementar (a América Latina continuará a fornecer matéria-prima ao mercado chinês) e de dependência, dada a exportação em larga escala de matérias-primas e a importação de manufaturas (FERCHEN, 2011), tal dicotomia poderá colapsar a economia dos países latinos mediante qualquer crise que venha afetar as importações. Contudo, não se pode negar os benefícios acarretados, a exemplo da criação do BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O BRICS, cuja articulação iniciou-se nos anos 2008 para 2009, reúne potências emergentes em torno de dois pilares principais: (I) coordenação em foros multilaterais, principalmente de governança econômica e política; e (II) cooperação setorial entre os Estados-membros (BRASIL, 2019). Entre os países do BRICS construiu-se uma agenda que abarca mais de 30 áreas setoriais: financeira, agrícola, econômica e de comércio, combate a crimes transnacionais, ciência e tecnologia, saúde, educação, energia, de cooperação empresarial, acadêmica e de segurança (BRASIL, 2019).

Alguns indicadores atribuídos ao BRICS impressionam (BRASIL, 2019): os países-membro estendem-se por cerca de 24% da área terrestre do planeta e abrigam aproximadamente 53% da população mundial; são responsáveis por mais de 24% do PIB global; de 2001 a 2017, as exportações totais desses Estados passaram de US$ 49 bilhões para US$ 3,22 trilhões (crescimento de 6500%) e; no mesmo período, o comércio entre os membros aumentou, de US$21 bilhões para US$288 bilhões (mais de 1300%).

Em concordância ao objetivo desta investigação se destacam aqui as conexões proporcionadas pelo BRICS entre Ásia (China e Índia), África (África do Sul) e América Latina (Brasil) nesta ascensão chinesa que ameaça o poder hegemônico dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2007), reveladoras de novos atores que despontam no cenário econômico global, de maneira a operar mudanças na forma de condução do sistema internacional.

A aproximação desses países, apesar de suas esferas domésticas apresentarem fragilidades (diminuição gradativa do crescimento econômico chinês, instabilidades e desigualdades sociais indianas, problemas políticos e sociais sul-africanos, e instabilidade política e a crise econômica brasileiras), conforme Garay (2018), converte-se gradativamente em posição de destaque e poder na esfera internacional, não se podendo ignorar o papel da China e dos seus investimentos na África e na América Latina.

No ano de 2014 o BRICS concretizou uma de suas ambições, o Novo Banco de Desenvolvimento (*New Development Bank* – NDB), estabelecido em Xangai e avaliado por seu vice-presidente, o economista Paulo Nogueira Batista Júnior (2018), como pioneiro ao ser um banco de desenvolvimento de alcance global, estabelecido apenas por países denominados “emergentes”.

Apesar de a China ser um dos membros (e detentora da maior economia), Batista Junior (2018) esclarece que a participação dos países do BRICS é igualitária nas decisões, estrutura vista como mais dinâmica comparada ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ou ao Banco Mundial, instituições concentradas nas mãos dos EUA e de países europeus.

A implantação deste banco é mais uma amostra do protagonismo conquistado pelo BRICS, resultante da cooperação Sul-Sul na busca do desenvolvimento, do amadurecimento econômico e da redução dos laços de dependência das economias do Norte Global, feito que talvez não fosse possível sem a participação do gigante chinês e de sua influência no mercado internacional.

As reflexões apresentadas demonstram como a ascensão chinesa modificou a agenda global e deslocou o eixo de poder, antes centrado no Norte e na hegemonia estadunidense, para eixos multilaterais. Essa mudança gera incertezas sobre uma possível dependência econômica dos países em desenvolvimento para com a China, e críticas sobre os investimentos e a aplicação dos recursos, não questionados pelos chineses. Tais aspectos acarretam uma indagação necessária: a parceria sino-sul afeta as instituições internacionais na geração de uma nova agenda global? A próxima seção trata-se de uma tentativa de resposta à questão.

**3. UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: PARCERIAS SINO-SUL E O SURGIMENTO DE UMA NOVA AGENDA GLOBAL**

Não se pode negar que as relações sino-sul estão movimentando o eixo de poder Norte-Sul para a coordenada Sul-Sul, liderada pela China, como demonstrado ao longo do constructo. Portanto, se faz importante compreender como a ascensão chinesa, perante as instituições internacionais afetou este deslocamento, permeada por ações conjuntas sino-russas no Conselho de Segurança das Nações Unidas a partir dos anos 2000, e pelo arranjo dos BRICS enquanto eixo de poder global, institucionalizado no setor financeiro com a implantação do NBD.

A China passou a fazer parte do Conselho de Segurança na década de 1970, todavia, sua fase mais ativa dentro do órgão começou nos anos 2000, caracterizada por uma parceria com a Rússia, dentro da cúpula, no intuito de barrar as ações intervencionistas lideradas pelos EUA, principalmente na Ásia e na África. De 2007 a 2012, China e Rússia utilizaram o poder de veto conjuntamente por cinco vezes, em temáticas relacionadas à intervenção dos EUA e das demais potências europeias em crises e conflitos no Sul Global, como: a situação dos Direitos Humanos no Mianmar, a crise no Zimbábue e a Guerra na Síria (UNITED NATIONS, 2007). Em todas estas, as justificativas das potências orientais convergiam para barrar a presença das forças do Norte Global em assuntos internos de países do Sul, ressaltando o princípio de não intervenção na soberania dos Estados (VALENTE; ALBUQUERQUE, 2015).

Todavia, a parceria sino-sul afeta as instituições internacionais, na geração de uma nova agenda global? A China como membro ativo no Conselho de Segurança, com ajuda da Rússia, criou uma “cortina de ferro”, bloqueando ações estadunidenses na cúpula decisória das Nações Unidas. O alinhamento destes atores dentro da cúpula, fortaleceu a posição (e defesa, de certa maneira) dos países considerados “em desenvolvimento”, que são parte da relação Sul-Sul.

A conexão da China com os países do Sul, observada a partir do Conselho, pode ser vista como o início de mudanças na agenda global dentro da ONU. China e Rússia, atuando conjuntamente na “defesa dos oprimidos” pela “mão salvadora dos EUA”, afetam políticas intervencionistas, impedindo, através do poder de veto, que questões interligadas à agenda da ordem mundial estadunidense se concretizem.

Do ponto de vista geopolítico, para a China, é interessante que os EUA se mantenham distantes dos conflitos do entorno asiático. Sem a interferência estadunidense na Ásia e na África, estes territórios se mantêm livres das ingerências ocidentais, de forma que a China, como potência em ascensão, possa preencher este vácuo de poder, exercendo o papel de líder regional. A participação da China no Conselho de Segurança moldou as agendas globais propostas e possibilitou à política externa chinesa uma visão mais ampla do sistema internacional, permitindo olhar a cúpula de cima (não mais periférica) e, assim, identificar as oportunidades bi e multilaterais existentes à concepção de uma nova agenda voltada para o Sul, e liderada pela China.

Enquanto a presença chinesa na ONU foi importante à maior percepção do sistema internacional, a atuação da China em fóruns multilaterais é estratégica ao sedimentar a ascensão chinesa como potência e fortalecer uma nova agenda pautada pelo desenvolvimento Sul-Sul. Neste cenário, o BRICS apresenta papel significativo no fortalecimento dessas relações, e traz a possibilidade de se engendrar uma nova instituição internacional a partir das agendas internas (STUENKEL, 2017). Nesses parâmetros, pode-se pensar nos países parte do BRICS como poderes ascendentes (GARAY, 2018), porque representam regiões periféricas do planeta que somaram forças para buscar vicissitudes fora do eixo Norte-Sul.

Segundo Garay (2018), aqueles que declaram esse decurso como positivo apontam algumas justificativas: a eliminação do que o autor chama de “imperialismo estadunidense”; a materialização de uma alternativa de estrutura organizacional e institucional internacionais àquela apresentada após a Segunda Guerra Mundial e; o caráter de cooperação intensa pela transferência de recursos e pela diplomacia na condução de termos e acordos.

Observar o BRICS como iniciativa político-econômica, pautada na criação de uma nova ordem, a partir da democratização do sistema internacional arrolada pela cooperação entre as potências emergentes (STUENKEL, 2017), traz problemáticas necessárias à compreensão do que é e como será esta nova agenda global liderada pela China e construída com base nas relações multilaterais do Estado chinês e de suas tradições de política externa, a exemplo da ascensão pacífica e da construção de um mundo harmonioso.

A análise dos argumentos expostos por esta investigação demonstra que o envolvimento da China com o Sul Global afeta as dinâmicas das instituições e do cenário político e econômico internacionais. À proporção que a China ascende como potência e mantém acordos de cooperação e investimentos (com seus vizinhos asiáticos e em países da África e da América Latina), preenche lacunas deixadas pela antiga relação Norte-Sul, protagonizada pelos Estados Unidos.

Para Hung (2018), a ascensão da China representa o ressurgimento de parte da ordem sinocêntrica regional do “Império do Meio”, em uma lógica diferente daquela seguida até então pelo sistema internacional, porque a assistência chinesa traz ganhos por provocar pressões competitivas no atendimento a áreas até então negligenciadas por europeus e estadunidenses (VISENTINI, 2011).

A chegada da China à periferia em desenvolvimento portando uma agenda política e econômica inaugura um novo estágio, que torna o país um agente transformador. Visentini (2011, p. 141) enfatiza que: “A China estabeleceu com a África, por exemplo, uma relação que não é meramente conjuntural, mas irreversível”.

Tal ascensão de poder possui como resultante a construção de identidades sustentadas por ideias voltadas à sua própria percepção frente aos atores mais fortes (GARAY, 2018). Isso faz com que os Estados decidam como farão o uso do poder que possuem. No caso do Sul, viu-se na oferta chinesa de cooperação a projeção de um mundo permeado pelo desenvolvimento, não apenas a aceitação de condições impostas. Conforme Ferchen (2011), a China usa a linguagem do “ganha-ganha” (*win-win*) e do “benefício mútuo” para ressaltar os benefícios resultantes à China e seus países parceiros, fundamentada na lógica que as relações chinesas com a América Latina são “Sul-Sul”.

Mesmo em ascensão, a China ainda é vista pelo sistema como um país em desenvolvimento (classificação dos países do Sul Global), mas ela carrega um diferencial: está no centro do poder mundial (VISENTINI, 2011) e com reservas suficientes à promoção de uma campanha expansionista de investimentos no Sul Global.

Autores como Ferchen (2018) e Hung (2018) dão a nomenclatura de *boom* chinês a essa escalada, motivada pelo arrolamento orientado às exportações e conectada a uma possível continuidade de demanda por *commodities*, geradora de parcerias comerciais, empresarias, de infraestrutura e tecnologia. Portanto “Se uma ascendente na demanda chinesa está dirigindo o crescimento em exportações de *commodities* [...] é simplesmente lógico que qualquer descrédito ou instabilidade nessa demanda terá um efeito negativo no volume de exportação e/ou nos preços” (FERCHEN, 2018, p. 112).

O *boom* despertou igualmente a inquietação do mercado e da academia quando analisadas as ações chinesas empreendidas. Ferchen (2018) alerta que as percepções sobre as conexões dos países em desenvolvimento com a China possuem duas vertentes, uma otimista (a China como um modelo alternativo) e outra cética (medo das reais intenções e influências dessa atuação chinesa).

Hung (2018), por exemplo, cita autores que acusam a China de ser uma nova “potência neocolonial”, que busca extrair recursos de países em desenvolvimento para uso próprio, sem considerar a sustentabilidade dos Estados; ou ainda, um país mercantilista, que expande agressivamente seu mercado para exportar manufaturas. Nessa perspectiva, a China teria mercados de escoamento dos produtos, oferecidos a preços menores que os produzidos em território nacional, estipulando assim uma concorrência desleal que, em longo prazo, minaria o avanço do setor industrial local, ou seja, a economia chinesa avolumar-se-ia à custa do retrocesso de outras economias. Na África, a China possui atualmente várias empresas mineradoras (HUNG, 2018) que, de acordo com a legislação chinesa, tem no Estado chinês o acionista majoritário, deixando as necessidades do país anfitrião no segundo plano.

Na continuidade da prospecção aqui descrita, dada a demanda de *commodities*, a capitalização de países africanos e latino-americanos se voltaria à produção agrícola, pecuária e de bens primários, componentes expostos às flutuações das cotações internacionais. Mas, o que aconteceria se o preço desses produtos entrasse em queda e/ou a demanda chinesa diminuísse? Esse quadro foi um vetor da crise econômica brasileira atual, da qual o Brasil luta para se recuperar.

Os empréstimos feitos pela China aos Estados do Sul também são inqueridos. Perpetrados de maneira deliberada e “com poucos questionamentos”, alguns Estados beneficiados acabam contraindo dívidas que não poderão ser honradas, de forma que estruturas estatais (como certos portos construídos pelo projeto da Nova Rota da Seda, por exemplo), passam a ser controlados pela China. A China respeita a soberania dos Estados, mas essa “concessão” não seria um modo de intervenção?

Como Hung (2018, p. 19) descreve, o domínio chinês é posto à prova pela repercussão causada, e umas das soluções encontradas para amenizar essa situação foi “[...] a construção de instituições multilaterais para mediar a expansão da economia chinesa em outros países em desenvolvimento ao lado dos empréstimos bilaterais e ajuda ao desenvolvimento que vinham prevalecendo até então”. A criação do AIIB e do NBD manifesta essa tentativa.

As articulações fomentadoras da cooperação Sul-Sul partem de um mote comum, identificado nas referências analisadas pela investigação: a insatisfação com os rumos do sistema internacional, ao não sopesar as necessidades da faixa considerável de países contida no estrato apontado como “em desenvolvimento”.

Tais necessidades são de tamanhas proporções que a agenda desses países se torna ampla e variada, e a China mostra-se aberta ao diálogo para preencher essas lacunas. Fiori (2019), ponderando sobre o ordenamento do BRICS, faz uma colocação necessária a respeito desta abordagem: a construção de uma agenda comum deve partir do reconhecimento das diferenças existentes entre as inserções e os interesses dos Estados dentro do sistema mundial.

Portanto, a agenda dos países do Sul, que inclui sobremaneira os BRICS, apresenta pontos convergentes (FIORI, 2019): multiplicação dos empregos e da renda das populações; expansão de investimentos públicos e privados; criação de políticas que evitem a polarização das riquezas; combate à fome, à pobreza pela garantia da segurança alimentar, saúde, emprego, educação, aos diretos humanos e à proteção do meio ambiente; cooperação intergovernamental, no campo científico e tecnológico; melhoria de infraestrutura, entre outros. E, por respeitar essas diferenças, a China tornou-se a grande protagonista e parceira desta nova fase do “jogo”.

A parceria sino-sul implica no possível nascimento de uma nova agenda na economia global, considerando que a ascensão chinesa perante as instituições internacionais se mostra como vetor de deslocamento do poder hegemônico mundial, sobretudo quando considerado o alinhamento político dos países integrantes do BRICS (incluindo China e Rússia) e da América Latina dentro da ONU, somado à constituição de instituições multilaterais, que atuam como mediadoras da expansão econômica chinesa em outros Estados, a exemplo do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (em inglês, AIIB). Tal agenda começa a despontar e a causar otimismos e temores, fruto da própria dualidade política inerente à uma sociedade em constante transformação. O mundo testemunha o dragão chinês acordar e se agigantar de maneira vertiginosa.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A China representa no sistema internacional um Estado de amplo poder decisório, o que se costuma chamar de “potência”. Desconsiderando o período de humilhações, a China sempre foi o grande Império do continente asiático, influente em seu entorno. Toda a diplomacia e a desenvoltura para negociar que tornam a China hoje um Estado Potência acumula técnicas milenares de se fazer política, cuja filosofia difere do Ocidente.

O aparato de conhecimentos provido nestes longos 4 mil resulta mudanças capazes de auxiliar na percepção e projeção das políticas chinesas dentro do sistema internacional. Ascender como potência em paralelo à queda de outro gigante, os EUA, traz responsabilidades (e desafios) ao Estado que almeja o título de superpotência.

As raízes políticas e filosóficas da China, abalizadas em princípios harmoniosos, de respeito e ganho mútuos, fazem dela a opção mais plausível (até o momento) de apoio aos países que sofreram (e sofrem) com a intervenção estadunidense. Doravante, existem indagações a serem analisadas sobre como será esta relação de auxílio “mútuo”, principalmente quanto ao aspecto da governança global chinesa.

Na resposta ao objetivo proposto, de investigar o arrolamento da China com os países do Sul Global enquanto mudança de polo de poder, pode-se afirmar que a China, como no conceito de hegemonia mundial de Giovanni Arrighi, detém diplomacia e organização precisas para gerar lucros e evitar conflitos. O fortalecimento do grupo dos BRICS mostra que o desenvolvimento de uma ordem mundial distinta mediada por novas instituições é possível. Assim, o papel desempenhado pela China dentro das instituições internacionais exibe uma abertura à defesa dos interesses dos países do Sul, muitos deles negligenciados pela tradicional relação Norte-Sul, o que também afeta as instituições internacionais na concepção de uma nova agenda econômica global. Todavia, não se pode precisar a pauta política econômica na hipótese dessa nova agenda fomentada e direcionada pela China.

Para democratizar o sistema internacional, é fundamental que mesmo Estados com menor poder de barganha e/ou condições financeiras, possam ascender de maneira igual. A China, ao dar voz a estes atores, concebe novas conexões permeadas pelo Sul, por quebrar o poder hegemônico que reprime muitos Estados e mudar a pauta das organizações as quais participa, como OMC e o Conselho de Segurança.

Portanto, a resposta à pergunta “Seria possível afirmar que aparceria da China com os países do Sul Global afeta as instituições internacionais, uma vez que eles (considerados em desenvolvimento) podem colocar o Estado Chinês como liderança deste processo?” é uma afirmativa. A China está cunhando uma nova agenda global, baseada na ascensão pacífica, e sem a intervenção na soberania dos Estados (prática da hegemonia estadunidense de Immanuel Wallerstein.

Tais mudanças convergem na proposição de um sistema internacional mais participativo, que possa colocar os Estados “em desenvolvimento” no tabuleiro de xadrez do jogo internacional apresentado por Joseph Nye. Porém, seria ingênuo ignorar os alertas feitos pelos atores do próprio sistema e a academia sobre as resultantes das condutas chinesas no cenário internacional.

Neste xadrez, qual tabuleiro a China compartilhará com os demais países? Haverá espaço no alfobre da força militar para outras potências emergentes, como África do Sul e Índia? Ou será apenas um espaço demarcado às superpotências China e Rússia, acompanhadas (e enfrentadas) pela potência em declínio (EUA)? Fazer com que o tabuleiro primário continue com poucos jogadores, em uma espécie de bipolaridade entre China e EUA não traria “mais do mesmo” (decisões tomadas pela cúpula em atendimento aos interesses desta)? A China irá partilhar seu poder como superpotência e o utilizará para democratizar o sistema internacional, fortalecendo países emergentes, como seus parceiros do BRICS?

São inúmeras questões geradas por esta nova agenda chinesa, contudo, existe um aspecto que não pode ser ignorado: a águia estadunidense declina enquanto presencia, no horizonte, o dragão chinês ascender e mostrar toda a sua força.

**REFERÊNCIAS**

ARRIGHI, G. **Adam Smith In Beijing: Lineages of the Twenty-First Century**. London; New York: Verso, 2007.

BARBIERI JUNIOR, W. **Uma análise do processo de constituição do Estado nacional como eixo de ascensão chinesa no capitalismo internacional**. 2015. 214 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3681> Acesso em 16 fev. 2018.

BARBOSA, R. A. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.45, p.72-91, 2002.

BATISTA, P. N., Jr. Brics - Novo Banco de Desenvolvimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.30, n.88, p.179-184, dez.2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**, 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics> Acesso em: 30 de jan.2019

CABESTAN, J. P. China’s new diplomacy: old wine in a new bottle? En: Breslin, S. (ed.). **Handbook of China’s International Relations**, p.1-10.London: Routledge, 2010.

CARRIÇO, A. Grande Estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. **Relações Internacionais (R:I)**, n.38, p.23-33, jun.2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1645-91992013000200003&lng=pt&tlng=pt.> Acesso em: 08 jul.2019.

CUNHA, L. **A hora do Dragão: política externa da China, cultura, estratégia e geopolítica.** Lisboa: Zebra Publicações, 2012.

FERCHEN, M. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?. **Revista de Sociologia e Política**, v.19, p.105-130, 2011.

FIORI, J. L. **A Nova Geopolítica das Nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GARAY, J. Cuestionando consensos: algunos apuntes frente al -¿eventual? - ascenso de los BRICS como poderes globales. **Desafíos**, v.30, p.237-278, 2018.

HUNG, H. A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, v.22, 2018.

INDEX MUNDI. **Economia da China**, 2019. Disponível em: < https://www.indexmundi.com/china/#Economy> Acesso em: 30 jun.2019

KEOHANE, O. **Cooperation and Discord in The World Political Economy**.New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MARTINS, F. **A Ascensão Chinesa e o Sistema Financeiro e Monetário Internacional: Rumo a um potencial novo ciclo de hegemonia?**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: < https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23570> Acesso em: 13 jul.2019

MEARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of great power politics**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001.

NYE, J. **O Futuro do Poder**. Benvirá: São Paulo, 2012.

PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. **Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road**. National Development and Reform Commission, 2015. Disponível em: <http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330\_669367.html?fbclid=IwAR28SqugDul8-SMcYNvLE5v-yR0Kab6hbFOINFHJi-1a9l3e-eeppfjVA> Acesso em: 25 set.2019

PINTO, P. P. China - a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.48, n.2, p.70-85, jul/dez.2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0034-73292005000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.> Acesso em: 02 jan.2019.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Ministério dos Assuntos Estrangeiros. **Entretien entre Hu Jintao et Vladimir Poutine**, 2005. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/fra/ziliao/topics/hujintiaochufangruss/t202618.htm.> Acesso em: 10 dez.2018

STUENKEL, O. **BRICS e o Futuro da Ordem Global**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

UNITED NATIONS. **Security Council fails to adopt draft resolution on Myanmar, owing to negative votes by China, Russian Federation**, 2007. Disponível em: < https://www.un.org/press/en/2007/sc8939.doc.htm.> Acesso em: 10 dez.2018

VALENTE, L.; ALBUQUERQUE, M. Da Discrição ao Ativismo: O Novo Papel da China no Conselho de Segurança da ONU. **Contexto Internacional**, v.37, ano.2, p.693-726, 2015.

VISENTINI, P. G. F. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Revista de Sociologia e Política**, v.19, p.131-141, 2011.

WALLERSTEIN, I. **O Declínio do Poder Americano**. Contraponto: Rio de Janeiro, 2004.

ZHANG, Y. **China in International Society since 1949: Alienation and Beyond**. Oxford: St Antony’s College, 1998.

1. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), *Campus* Balneário Camboriú – Itajaí, Santa Catarina, Brasil. E-mail: yasminlenzp@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0927-7658> [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora dos cursos de graduação em Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), *Campi* Balneário Camboriú e Itajaí – Itajaí, Santa Catarina, Brasil. E-mail: elisianed@univali.br . ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3853-0798> [↑](#footnote-ref-2)
3. No ano de 1949, quando o Partido Comunista Chinês venceu a guerra civil, os líderes chineses, até então representados pelo Kuomintang, foram exilados na ilha Taiwan. Como o governo comunista só foi reconhecido pela comunidade internacional em 1971, antes desta data a cadeira chinesa no conselho era ocupada pelos líderes de Taiwan (KISSINGER, 2011, p.23) [↑](#footnote-ref-3)
4. O período de humilhações iniciou na década de 1830, com as Guerras do Ópio, ocasionadas por invasões do Império Britânico na China, e finalizadas em 1949, pela vitória do Partido Comunista Chinês. Esse momento é um hiato na história chinesa, no qual os interesses do grande Império do Meio tornaram-se submissos ao comércio inglês (BARBIERI JUNIOR, 2015). [↑](#footnote-ref-4)
5. Hu Jintao foi o sucessor de Jiang Zemin como Secretário Geral do Partido Comunista Chinês em novembro de 2002, e Wen Jiaobao substituiu Zhu Rongji como Primeiro Ministro em março de 2003 (CABESTAN, 2010, p.2). [↑](#footnote-ref-5)